

A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”¹

Sonia Corrêa²

José Miguel Nieto Olivar³

Tradução: Natânia Lopes⁴ e Dennis Novaes⁵

Resumo: O artigo foi escrito entre 2009 e 2010 a partir de um convite feito pelas feministas indianas Meena Seshu e Laxmi Murthy para compor o livro *Business of Sex* (O Negócio do Sexo) de que eram editoras. O artigo está organizado em cinco blocos. O primeiro oferece um breve panorama do debate histórico sobre prostituição no Brasil. O segundo analisa tendências contemporâneas entre os anos 1970 e 1990. O terceiro aborda as relações entre feminismos e prostituição. O quarto analisa a expansão e legitimação de visões abolicionistas no país e o último bloco oferece uma seleção de visões de trabalhadoras sexuais, feministas e ativistas lésbicas sobre o problema da prostituição.

Palavras-chave: Prostituição. Feminismo. Trabalho sexual. Ativismo. Estado.

The Politics of Prostitution in Brazil: Between “state neutrality” and “feminist troubles”.

Abstract: The authors wrote this paper between 2009 and 2010 inspired by an invitation from the Indian feminists Meena Seshu and Laxmi Murthy to participate in the book *Business of Sex*. The paper is divided into five sections. The first one offers an overview of the historical debate on prostitution in Brazil. The second analyses contemporary trends between the 1970s and the 1990s. The third section approaches relations between feminisms and prostitution. The fourth reflects on the expansion and legitimation of abolitionist movements in Brazil. Finally, the last section brings a selection of sex laborers', feminists', and lesbian activists' views on prostitution.

Keywords: Prostitution. Feminism. Sexual labor. Activism. State.

¹ Uma parceira fundamental nesse exercício foi Adriana Piscitelli, antropóloga argentina que reside no Brasil, professora na Universidade Federal de Campinas e reconhecida como uma das principais pesquisadoras no que se refere ao turismo sexual, prostituição e tráfico de pessoas no Brasil. Nós também agradecemos a todas as mulheres que gentilmente disponibilizaram tempo em suas agendas ocupadas para serem entrevistadas. Nas comunidades feministas e lésbicas: Betânia Ávila (SOS Corpo), Claudette Costa (Liga Brasileira de Lésbicas), Elisiane Pasini (Themis), Jacira Mello (Instituto Patrícia Galvão), Heliana Hemetério (Grupo Arco Iris), Rosângela Castro (Grupo Felipa de Souza), Valéria Pandjarian (CLADEM, Brasil). Na comunidade de trabalhadoras do sexo: Friederick Strack (Advisor to the Brazilian Network of Prostitutes); Gabriela Leite (DAVIDA and Brazilian Network of Prostitutes), Janafina Lima (Grupo Identidade), Nilce Machado (Núcleo de Estudos da Prostituição), “Laura” prostituta que trabalha na região central de Porto Alegre.

² Observatório de Sexualidade e Política (SPW). E-mail: scorrea38@gmail.com.

³ Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: escreve.ze@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7648-7009>

⁴ Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: natania.lopes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3326-4814>

⁵ Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: dennisnovaes@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9417-9878>

Prólogo da tradução

O artigo *A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”* foi escrito entre 2009 e 2010 a partir de um convite feito pelas feministas indianas Meena Seshu e Laxmi Murthy para compor o livro *Business of Sex (O Negócio do Sexo)* de que eram editoras, que só seria publicado em 2015. O artigo está organizado em cinco blocos. O primeiro oferece um breve panorama do debate histórico sobre prostituição no Brasil. O segundo analisa tendências contemporâneas entre os anos 1970 e 1990. O terceiro aborda as relações entre feminismos e prostituição. O quarto analisa a expansão e legitimação de visões abolicionistas no país e o último bloco oferece uma seleção de visões de trabalhadoras sexuais, feministas e ativistas lésbicas sobre o problema da prostituição. É para nós muito significativo que Gabriela Leite e Janaína Lima tenham sido entrevistadas, duas ativistas e pensadoras do campo que já nos deixaram, mas cuja contribuição não pode não ser lembrada e celebrada.

Quando da elaboração original do texto, o campo de debates sobre prostituição era muito diferente do que é hoje, quando o artigo se publica em português. As ideias que se seguem são como uma foto parcial daquele momento. Um tempo de transição, podemos dizer, entre os ganhos inequívocos da política sexual no contexto da redemocratização e as complexas dinâmicas que levariam, em 2018, ao chamado giro à direita da política brasileira. Hoje, quando escrevemos esse prólogo, estamos frente ao desafio de mobilizar, diariamente, nosso pensamento, nossos corpos e afetos para analisar e resistir a um projeto político destrutivo que tem na interseção entre direitos humanos e sexualidade um de seus alvos proeminentes. Esse é o tempo do abismo e seu diário. O artigo, por sua vez, documenta um tempo passado em que, no entanto, sintomas do que estava por vir já estavam presentes.

Em 2010, ainda era possível argumentar que, excetuando-se um campo muito delimitado que se manifestava abertamente contrário ao trabalho sexual das mulheres, o que predominava, tanto na sociedade quanto no âmbito dos feminismos, era mais bem relutância e ambivalência do que hostilidade. Desde então, os contornos desse campo como área de pesquisa e de debate político foram significativamente reconfigurados. Por exemplo; nesses últimos onze anos, a pesquisa sobre prostituição (especialmente feminina) se consolidou como um lócus forte nas ciências sociais e nos feminismos no

país. Ganhou reconhecimento regional e internacional produzindo conhecimento em processos de diálogo e alianças com as trabalhadoras sexuais e suas organizações. Entretanto havia tensões no ambiente mais amplo em que essas pesquisas se desenrolavam.

No período em que o artigo foi elaborado, a Marcha Mundial de Mulheres fazia mobilizações e explicitava um franco rechaço à prostituição, que impactavam negativamente nas reivindicações das trabalhadoras sexuais organizadas e suas aliadas. Posteriormente, no âmbito do Fazendo Gênero 10, em 2013, um evento acadêmico muito reconhecido, ocorreram ataques diretos a pesquisadores e pesquisadoras aliadas aos movimentos de trabalhadoras sexuais por parte de jovens vinculadas à corrente auto definida como feminista radical que tinha, naquele então, no repúdio à prostituição sua pauta principal. Já então, deve-se dizer, a condenação feita por essas vozes à prostituição estava associada à negação da existência da transexualidade, traduzindo para o Brasil teses e concepções elaboradas no âmbito do feminismo anglo-saxônico desde os anos 1980.⁶

Essas posições feministas se faziam mais radicais e visíveis por ocasião dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016 quando o “problema da prostituição e do tráfico para fins de exploração sexual” ganhou muita visibilidade mediática. Nesse novo ciclo, o repúdio feminista ao trabalho sexual e à transgeneridade se amplificou e se intensificou muito no espaço conflagrado das redes sociais. Multiplicaram-se ataques sistemáticos por parte de algumas lideranças feministas vinculadas tanto a partidos ou ao feminismo radical contra as mulheres (cis e trans-) prostitutas que reivindicam seus direitos e sua pauta política. Desde então, esses debates não arrefeceram, na verdade se intensificaram a partir de 2019, em particular no que diz respeito aos direitos trans.⁷

Na trajetória desse campo de estudos e de debates, outro marco incontornável a registrar foi a morte, em 2013, de Gabriela Leite, pensadora e articuladora do movimento brasileiro e latino-americano de prostitutas, cujo reconhecimento nacional e internacional é inequívoco. Sua morte teve impactos evidentes no movimento organizado de prostitutas, deixando um imenso vazio não apenas na ONG Davida e na Rede Brasileira

⁶ As autoras de referência mais conhecidas dessa corrente são Sheyla Jeffreys e Janice Raymond.

⁷ Ver, por exemplo, o artigo de Bruna Benevides, [A Epidemia Crescente de Transfobia nos Feminismos.](#)

de Prostitutas, criadas por ela, mas também no plano da reflexão política sobre os temas da prostituição no Brasil.

Por outro lado, a partida de Gabriela favoreceu a emergência de novas formações e vozes políticas. Pelo menos outras duas redes de trabalhadoras sexuais surgiram, que continuam vivas e atuando no país: a Articulação Nacional de Trabalhadoras Sexuais (descendente da antiga Federação Nacional de Trabalhadoras Sexuais) e a mais recente Central Única de Trabalhadoras Sexuais (CUTS). E ganharam espaço e visibilidade algumas protagonistas mais autorais ou individuais cuja atuação nas arenas públicas introduziu novos temas e questões aos debates. São exemplos Indianarae Siqueira, Amara Moira e Monique Prada, entre outras.

Um dos resultados dessa reconfiguração diz respeito exatamente à presença e lugar das mulheres trans no campo dos direitos humanos e prostituição. Um outro desdobramento relevante foi a emergência de novas perspectivas pragmático-teóricas como o putafeminismo e os transfeminismos. As prostitutas hoje, no Brasil, são agentes centrais na produção de conhecimento escrito sobre trabalho sexual e sobre feminismo, bem como importantes agentes de mobilizações culturais no âmbito local.

Também se ampliou, de maneira muito positiva, o diálogo entre o campo feminista e o movimento organizado de prostitutas e se multiplicaram as vozes feministas que se declaram abertamente pró direitos das trabalhadoras sexuais e também as prostitutas que se declaram feministas. Um marco fundamental dessa transformação foi a erupção, em 2011, das Marchas da Vadias que se tornou um espaço de encontro ao mesmo tempo fértil e tenso, reunindo jovens feministas e prostitutas. Também tomaram corpo outras articulações envolvendo os movimentos vinculados ao trabalho sexual com grupos de mulheres negras, de trabalhadoras rurais e demais outras organizações sociais, como o (MTST e coletivos de arte).

Por outra parte, assistimos, desde 2010, a aparente “neutralidade do Estado”, que havia possibilitado um diálogo frutífero entre os movimentos de prostitutas e atores estatais de que trata o artigo, se dissolver paulatinamente. Desde então, diversos programas que respondiam de maneira positiva às reivindicações das trabalhadoras sexuais em termos de direitos foram, seja desmontados, seja censurados, como no caso emblemático da Campanha “Sou feliz sendo prostituta” censurada em 2013 pelo Ministro da Saúde depois de pressão exercida pela da Bancada Evangélica.

Retrocessos também ocorreram no legislativo, onde o projeto de lei 98/2003, proposto pelo ex-deputado federal Fernando Gabeira, que propunha a descriminalização total da prostituição (voluntária) de pessoas adultas foi definitivamente arquivado. E o projeto de lei Gabriela Leite, proposto pelo Deputado Jean Wyllys que retomava seu conteúdo tampouco avançou e sua tramitação ficou ainda mais comprometida quando, em 2019, o deputado, ameaçado de morte por forças de direita, renunciou do mandato e deixou o país. Por outro lado, propostas de criminalização dos clientes ou de contenção da prostituição foram, desde então, apresentadas.

Sobretudo, depois de 2019, quando a política de direitos humanos passou a ser conduzida por uma pastora em com base numa pauta francamente conservadora, não se poderia esperar atenção aos direitos das trabalhadoras sexuais. Atos de fala sobre prostituição, de autoridades públicas e celebridades, tem devolvido as trabalhadoras sexuais ao lugar de sempre, ou seja: da imoralidade, da exploração ou da abjeção. Finalmente, mas não menos importante, a pauta punitivista do governo federal cria um ambiente no qual se multiplicam operações jurídico-policiais que criminalizam e aprofundam a vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais.

Como dissemos antes, o artigo é um texto fora do tempo. Nossa expectativa é de que, para além dos aspectos históricos abordados, ele possa oferecer um retrato, mesmo que parcial, do que acontecia no campo do debate político sobre prostituição no Brasil por volta de 2010. E que essa fotografia retrospectiva possa inspirar leituras do cenário político da prostituição nas árduas condições de hoje.

Debates históricos sobre prostituição no Brasil

Na segunda metade do século 19, no Brasil, assim como em muitos outros lugares ao redor do mundo, as discussões sobre a prostituição⁸ se cruzaram com os debates políticos sobre a abolição da escravatura em 1888⁹. Cristina Pereira (2005) observa que quando os médicos europeus visitaram o Brasil nos anos de 1840 e começaram a estudar a prostituição com seus colegas locais, a grande maioria das prostitutas era de escravas

⁸ Os termos “prostituição” e “trabalho sexual”, “prostituta” e “trabalhadora do sexo” foram utilizados como sinônimos neste artigo, embora o termo “prostituta” seja mais amplamente utilizado no Brasil.

⁹ A abolição plena foi precedida por uma série de medidas parciais como a suspensão do tráfico de escravos (1850) e a Lei do Ventre Livre (1870).

negras. Doenças venéreas, particularmente a sífilis, eram associadas à prostituição e ambas eram interpretadas como sintomas da degradação social oriunda da escravidão.

Durante este período, as iniciativas estatais em torno da prostituição estiveram inevitavelmente imbricadas às complexas espirais políticas dos movimentos abolicionistas. As demandas pelo fim da escravidão e da prostituição eram apresentadas ao debate público como propostas modernizantes e civilizatórias: abolir a escravidão e a prostituição significava promover o progresso político e social. Na década de 1870, por exemplo, quando os sentimentos abolicionistas estavam no auge, Miguel Tavares, um chefe de polícia no Rio de Janeiro, “liberou” cerca de 200 escravas prostitutas e evocou o tema da abolição ao falar sobre a medida. Embora este episódio seja muito marcante, de fato, naquele momento, o estado não adotou nenhuma diretriz robusta para abolir a prostituição, nem tampouco adotou o chamado modelo francês de regulação. Este modelo, como se sabe, prescrevia a definição de zonas restritas para o exercício do sexo comercial (as zonas da luz vermelha) associadas à intervenção sistemática de saúde pública para prevenir doenças venéreas entre prostitutas, como uma forma de proteger esposas e famílias.

Um conjunto de fatores explica a relutância das elites brasileiras em aceitar o modelo francês. Um deles é que tal política poderia projetar a imagem de um “Estado senhor das prostitutas” o que era politicamente inaceitável num contexto em que demandas pela abolição da escravatura ganhavam força (Pereira, 2005). O repúdio liberal da regulação estatal da vida privada também pode ter influenciado a recusa da regulação. Por outro lado, a prostituição era percebida como um “mal necessário” aos olhos das elites masculinas e, portanto, sua eventual abolição era vista como medida estatal que teria impacto negativo no comportamento sexual masculino e mesmo na vida familiar.

Essas concepções eram tão arraigadas que, mesmo depois da abolição da escravidão em 1888 e da proclamação da República um ano depois, o Estado brasileiro não adotou o modelo francês – como aconteceu na Argentina, Uruguai e Colômbia –, nem tampouco assumiu uma posição francamente abolicionista em relação à prostituição. Essa postura não foi alterada mesmo quando pressões pela abolição da prostituição se intensificaram à medida em que o país se tornou um destino do tráfico de “escravas brancas”. No início do século XX, nos mercados sexuais do Rio e de São Paulo não só mulheres brasileiras – negras e brancas eram prostitutas como também estrangeiras,

particularmente judias, da Europa do Leste, transportadas para o Brasil pelas então chamadas máfias judias, viviam dos serviços sexuais (Rago, 1985; Kushnir 1996)

Essa hesitação das elites quanto à questão deixaria uma marca duradoura no que diz respeito à abordagem da prostituição pelo Estado brasileiro. Desde então, o enquadramento legal combina a premissa abolicionista de criminalização de quem explora a prostituição, mas não criminaliza as pessoas que oferecem serviços sexuais nem os clientes. Desde o começo do século XX, particularmente depois da década de 1920, o Estado investiu, crescentemente, no controle de doenças venéreas, mas não implementou zonas de luz vermelha ou cartões de saúde para prostitutas. Esta escolha por uma política de higiene ambígua não é trivial, pois como assinala Carrara (1996) o discurso sobre a urgência de intervenções estatais para conter a “crescente e apavorante incidência da sífilis” constitui, desde os anos 1940, um elemento central das políticas de saúde pública desde 1940¹⁰. Por outro lado, essa ambivalência deixou o campo aberto para conflitos permanentes entre a polícia, autoridades jurídicas e prostitutas. Embora estejam ancorados em leis escritas, estes conflitos afetam negativamente as vidas das trabalhadoras do sexo.

Mas há outros aspectos da prostituição, no final do século XIX e início do século XX, a ser ressaltados. Rago (1985) e Kushnir (1996) analisam o modo como a prostituição e as prostitutas desempenharam um papel significativo no início da modernização e urbanização do Brasil. Rago (1985) examina como a moralidade sexual estava diretamente conectada à incorporação das mulheres ao proletariado durante as primeiras ondas da industrialização do Brasil. Num segundo livro, publicado em 1990, ela examina como as elites masculinas paulista que, no começo do século, eram bastante “provincianas” foram impactadas pela sofisticação das prostitutas europeias que tomaram o mercado sexual de São Paulo. Ambas as autoras recuperam a história das associações autogestionadas criadas por prostitutas de origem judaica no Rio de Janeiro, que construíram um cemitério para a comunidade e instituíram uma “pensão” para as prostitutas que já não podiam mais trabalhar.

¹⁰ O “pânico moral” em torno da sífilis se expandiu desde os anos 1850. Os números de casos eram frequentemente exagerados e a doença era associada aos efeitos degradantes da escravidão, aos “impulsos sexuais naturais e incontroláveis de Africanos escravizados, mas também da população indígena précolonial” (no século XIX) e posteriormente à miscigenação racial e aos impactos degradantes da urbanização e da modernização (no século XX).

Para resumir, as políticas brasileiras em relação à prostituição entre o final do século XIX e o início do século XX combinavam, contraditoriamente, “tolerância” moral, intervenção policial, regulação judicial e fortes preocupações higienistas. Este “modelo” híbrido não inibiu a prostituição, mas deixou um espaço aberto para que demandas pela erradicação do trabalho sexual capturassem o imaginário coletivo e para que a violência do Estado e da sociedade contra trabalhadoras do sexo permanecesse inquestionável. O modelo manteve viva a noção estabelecida no século XIX de que a prostituição é um mal necessário, ao mesmo tempo deixando espaço livre para que a prostituição fosse retratada, na literatura, cinema e na televisão, como um lócus da sedução, do prazer e da liberdade. Assim sendo, não surpreende que os movimentos sociais contemporâneos de prostitutas tenham irrompido numa rebelião aberta contra o abuso policial que ocorreu no final dos 1970 quando, em São Paulo, prostitutas foram às ruas protestar contra a repressão extrema imposta pelo Delegado Richetti. Mais tarde, estes movimentos se expandiram e ganharam crescente legitimidade social no bojo das demandas da cidadania por respostas do Estado frente a epidemia do HIV/AIDS.

Tendências contemporâneas: 1970-1990¹¹

Em 1979 a Lei da Anistia foi aprovada e liberou presos políticos, além de permitir a volta de exilados ao país. Nesse mesmo ano, as prostitutas foram às ruas em São Paulo protestando contra a violência policial, inaugurando assim a era dos movimentos sociais da prostituição no Brasil. Ambos os eventos significaram uma virada no processo de democratização brasileiro (Leite, 2009)¹². As violações perpetradas pela polícia em São Paulo desencadearam uma reação das próprias prostitutas e mobilizaram o suporte de artistas, intelectuais e também do emergente movimento gay (Grupo Somos), bem como de algumas poucas feministas. Apesar da censura de imprensa ainda estabelecida, o impacto destes processos e sua visibilidade política foram consideráveis, abrindo espaço

¹¹ Este salto do início do século XX para o período democratizando dos anos 1970 não quer dizer que nada tenha acontecido no meio. Embora este seja claramente um período que não foi profundamente pesquisado, fortes evidências pode ser encontradas na literatura, em crônicas urbanas e memórias pessoais, sugerindo que a prostituição foi um componente vital da sociedade brasileira nos anos 1930, 1940, 1950 e 1960.

¹² Esta repressão extrema teve, contudo, antecedentes em São Paulo. Rago (1985) analisa de que modo, nos anos 1950, quando a migração rural-urbana se acelerou e os índices de desemprego foram extremamente altos, o número de bordéis cresceu. Quando o governo do estado de São Paulo fechou os bordéis a prostituição de rua cresceu como consequência, de modo que as prostitutas viraram sistematicamente alvo de operações policiais ocasionais, mas muito violentas.

para que a questão da prostituição fosse incorporada na pauta da redemocratização brasileira.

A luta contra a discriminação, o estigma, a violência policial e as demandas por respeito em relação ao trabalho das prostitutas ganhou apoio não apenas de artistas e intelectuais, mas também de grupos religiosos progressistas, especialmente no campo protestante¹³ progressista, que se tornariam principais apoiadores do emergente movimento das prostitutas. No mesmo período foi criada a Pastoral Católica das Mulheres Marginalizadas, que se dedicava, principalmente, a “resgatar” mulheres da degradação. Contudo, sob influência da Teologia da Libertação, algumas de suas correntes gradativamente mudaram a maneira de olhar a prostituição, deslocando o foco da condenação moral das prostitutas para uma crítica severa à prostituição como um efeito do sistema capitalista.

Por efeito dessa ebulição, já no início da década de 1980 a politização da prostituição estava definitivamente instalada. Gabriela Leite ganhou espaço como uma voz central, aparecendo com frequência na mídia e participando em seminários e outros eventos públicos. Rapidamente outras lideranças do trabalho sexual surgiram em várias cidades pelo país. A Rede Brasileira de Prostitutas foi criada durante o Encontro Nacional de Prostitutas em 1987 e seu foco inicial foi a “violência”. Em 1988, o jornal *Beijo da Rua* foi lançado com a capa “Prostituição não é uma questão de polícia”. Logo após o estabelecimento do Programa Nacional de HIV/AIDS (1988), o segundo Encontro Nacional das Prostitutas tratou dos programas de prevenção entre trabalhadoras do sexo. Entre 1990 e 1993 algumas associações locais de prostitutas foram criadas e reuniões a níveis regionais foram organizadas (Olivar, 2010). Em 1994, o terceiro Encontro Nacional de Prostitutas discutiu saúde e fantasias sexuais. Cinco anos mais tarde, a Rede Brasileira de Prostitutas se tornou membro da Rede Latino Americana e Caribenha de Trabalhadoras do Sexo (REDTRASEX), fundada em 1997.

Vale a pena olhar mais atentamente para as conexões estabelecidas entre os movimentos das prostitutas e o Estado com relação ao campo das respostas aos HIV/AIDS. Em 1989, o Programa Nacional de HIV/AIDS convidou Gabriela Leite e

¹³ Por exemplo, o Instituto Superior dos Estudos da Religião (ISER), no Rio de Janeiro, serviu como uma espécie de organização guarda-chuva para o ativismo das prostitutas, ao abrigar as primeiras iniciativas de Gabriela Leite. A Igreja Luterana estava na origem do NEP em Porto Alegre.

outras ativistas¹⁴ para discutir o Projeto Previna, uma estratégia de prevenção a ser implantada entre trabalhadoras e trabalhadores do sexo, homens gays, usuários de drogas e prisioneiros. Estas conexões se expandiram a partir de 1994, quando um empréstimo do Banco Mundial reconheceu que ONGs estavam mais bem equipadas para alcançar os grupos mais vulneráveis. Foram captados recursos para financiar projetos de prevenção que ONGs e associações comunitárias poderiam acessar periodicamente através de editais.

No início da década de 1990, travestis envolvidas no trabalho sexual também iniciaram uma mobilização em torno da prevenção e cuidado em relação a HIV/AIDS, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados aconteceu em 1993. Em 1996 o Programa Nacional de HIV/AIDS criou o projeto guarda-chuva SOMOS para financiar as atividades de prevenção e apoio a travestis que ofereciam serviços sexuais. Nos meados da década de 1990, a estratégia nacional para o financiamento de ONGs passou a enfatizar as redes de apoio em lugar de focar exclusivamente em organizações individuais, uma característica que prevaleceria a partir dos anos 2000.

Entre os anos 1970 e 1990, a trajetória do movimento feminista também foi intensa. Entre 1979, quando aconteceu o primeiro Encontro Feminista Nacional e o ano 2010, doze encontros aconteceram no país, sendo três latino-americanos. Depois de 1987, a composição dos encontros nacionais feministas se tornou mais diversa, com a inclusão especificamente de mulheres negras, trabalhadoras rurais e lésbicas. Ao longo destes anos as demandas contra a violência de gênero e pela saúde da mulher – ou direitos reprodutivos, depois de 1984 – se tornaram centrais na agenda feminista brasileira.

Assim como em outros lugares do mundo, uma característica central desta longa e sinuosa estrada foi o estabelecimento e a legitimação das ONGs feministas e dos estudos de gênero. Mais importante, com a democratização, o movimento feminista impactaria, positivamente, as políticas públicas e reformas legais, como pode ser ilustrado pela criação do Conselho Nacional para o Direito das Mulheres em 1985 e a sacralização dos princípios de igualdade de gênero na Constituição Brasileira de 1988. Na década seguinte, feministas também seriam desafiadas pela incidência crescente do HIV/AIDS na população feminina.

¹⁴As outras pessoas eram Lourdes Barreto (da Associação das Prostitutas de Belém) e Roberto Chateaubriand e Laura Celeste (da Rede Gapa)

Além disso, o papel desempenhado pelo movimento feminista brasileiro nos debates regionais e globais ao longo da década de 1990 é amplamente conhecido, particularmente no âmbito das conferências organizadas pela ONU nesse período, em especial a Conferência de População e Desenvolvimento (no Cairo, em 1994) e a IV Conferência Mundial das Mulheres (em Beijing, em 1995). Contudo, uma questão menos discutida neste processo de internacionalização diz respeito a incorporação gradual da agenda anti-tráfico na pauta política pelas feministas brasileiras, sendo importante mencionar que as primeiras iniciativas contra o turismo e o tráfico sexuais contemporâneos foram estabelecidas no Nordeste do Brasil na primeira metade da década de 1990¹⁵. Mas como se verá a seguir, nessa longa trajetória a presença das prostitutas como ativistas do campo feminista foi escassa e esteve sujeita a relutâncias e controvérsias.

Uma outra vertente da política sexual a ser incluída neste breve balanço é, sem dúvida, a emergência e maturação dos movimentos pelos direitos LGBT. Ativistas pelos direitos dos homossexuais (Grupo SOMOS) já eram visíveis na primeira batalha pelos direitos das prostitutas em 1979. Desde então – e em parte devido à necessidade de responder às lutas por direitos e não-discriminação pelos portadores do vírus HIV – o movimento LGBT brasileiro se consolidou e se ampliou e nos anos 2010 constituía um dos mais potentes movimentos pelos direitos da diversidade sexual nos países do sul global.

Finalmente, não é possível captar a dinâmica das políticas de prostituição no Brasil dos anos 2000 sem considerar o campo de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 1990, um ano depois que a Convenção pelos Direitos das Crianças foi adotada na ONU, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado no Brasil. Abuso sexual e exploração de crianças e adolescentes é um tema nodal do ECA, e desde então, um enorme investimento foi feito em relação a esse problema, envolvendo uma ampla rede de organizações da sociedade civil. Assim como acontece em muitos outros países, muito embora essas políticas fossem de fato necessárias, a ênfase na questão e o pânico moral deliberadamente produzido sobre a exploração sexual de crianças, levaria a intervenções policiais e iniciativas políticas com impactos potencialmente restritivos (até

¹⁵ O Coletivo Mulher Vida foi fundado em Olinda, Pernambuco, no início dos anos 1990 com um foco claro no turismo sexual. Mais tarde surgiu o Grupo Chame na Bahia, que também já lutava contra o tráfico de pessoas para países europeus. Embora não tenhamos coletado dados específicos, não seria errado dizer que essas iniciativas já eram financiadas por fundos anti-tráfico.

mesmo abusivos) no âmbito do trabalho sexual, justificadas como forma de proteger crianças e adolescentes.

Já nos anos 2000, assistiu-se a uma crescente visibilidade dos debates e propostas relacionadas ao tráfico de pessoas, particularmente para fins sexuais. Antes disso, o Brasil havia assinado todas as convenções anteriores sobre o tráfico de mulheres para prostituição e, desde o Código Penal de 1940, a prática foi criminalizada. No entanto, o Protocolo de Palermo para a Convenção da ONU contra o Crime Organizado relacionado à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, particularmente Mulheres e Crianças, adotado em 1999 e ratificado pelo Congresso Brasileiro em 2004, teria um impacto muito significativo no debate e políticas nacionais relacionadas a prostituição, pois foi traduzido com muita rapidez e eficácia para as políticas públicas e normas legais, como se verá a seguir.

O clima político no Brasil em relação ao tráfico e à prostituição também foi influenciado pelas linhas gerais adotadas pela administração Bush, em 2003, tanto na regulação dos Atos de Proteção contra o Tráfico e a Violência¹⁶ quando na condicionalidade estabelecida na PEPFAR para a política americana de financiamento ao HIV/AIDS proibindo organizações que recebiam esses recursos de defender publicamente os direitos de trabalhadoras sexuais e a descriminalização da prática. Nesse sentido, é muito significativo que, em 2005, o governo brasileiro tenha suspenso o programa de cooperação com a USAID para prevenção do HIV/AIDS, porque o Programa Nacional de AIDS considerou a cláusula inaceitável.

Não menos importante, em 1999, por efeito de pressão das feministas abolicionistas, a Suécia aprovou uma nova legislação de combate à prostituição cujo eixo central era a punição dos clientes de serviços sexuais. A partir da segunda metade dos anos 2000, o chamado modelo sueco ganharia adesões em outros países da Europa e também seria transportado para países do sul global pela via dos canais de cooperação governamentais.

¹⁶ O Trafficking and Violence Protection Act of 2000 (P.L. 106-386), o Trafficking Victims Protection Reauthorization Act of 2003 (H.R. 2620) e o Trafficking Victims Protection Reauthorization Act of 2005 (H.R. 972).

Prostitutas e feministas: antigas interseções

Mesmo um mapeamento superficial das interações (ou ausência delas) entre feministas e os movimentos das prostitutas indicam que tensões e afastamentos sempre existiram no Brasil. Relembrando a rebelião das prostitutas em São Paulo, em 1979, Jacira Mello diz que a participação feminista no protesto foi mínima e ficou confinada às feministas mais jovens:

A violência da ação policial foi brutal e à luz do dia. Prostitutas foram caçadas e detidas por policiais, jogadas em carros como animais (...) algumas prostitutas chegaram a se jogar de prédios para evitar serem levadas. Setores progressistas, que também estavam lutando contra a ditadura, ficaram indignados. Um protesto foi organizado e envolvia entre outros o Grupo Somos e um pequeno número de feministas lésbicas. Minhas colegas e eu éramos muito jovens. Nós também éramos bem próximas do movimento feminista e começamos a insuflar as feministas a participar do protesto. Mas para a nossa decepção nosso chamado não obteve resposta. Em alguns casos, devo dizer, as reações foram negativas, até mesmo agressivas.

A descrição de Mello não pode, no entanto, ser usada para descrever todas as interações entre feministas e o nascente movimento das prostitutas no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Gabriela Leite, por exemplo, participou de diversos seminários e eventos públicos onde feministas também estavam presentes e isto levou a debates muito produtivos. Também não era incomum que coletivos feministas se engajassem com lideranças do movimento das prostitutas em fóruns locais. Em círculos feministas de estudo e pesquisa, a prostituição sempre provocou grande curiosidade intelectual e, com frequência, feministas ao analisarem as relações de gênero¹⁷ tradicionais, sublinhavam as correlações entre prostituição e casamento, afirmando inclusive que as prostitutas eram pagas de maneira mais honesta pelo trabalho sexual que faziam.

E, muito rapidamente, a prostituição se tornou objeto de pesquisas nas ciências sociais, nos estudos sobre a condição das mulheres, mas também da homossexualidade (Gaspar, 1985; Perlongher, 1987; Rago, 1985, 1990, entre outros trabalhos). Já durante a década de 1980, alguns documentários e vídeos sobre prostituição foram produzidos e dirigidos por feministas reconhecidas¹⁸. Nos anos de 1990, quando as pesquisas se

¹⁷ Por exemplo, em uma das primeiras edições do Encontro Regional de Feministas do Nordeste, ocorrido em Olinda, Pernambuco, em 1980, houve um painel público apresentado por Eleonora Menicucci que, para o escândalo da audiência, comparou a relação monetizada entre marido e mulher com o trabalho sexual, como uma crítica ao moralismo sexual que estigmatiza a prostituição.

¹⁸ Jacira Mello dirigiu *Beijo Na Boca*, lançado em 1982 e *Meninas*, finalizado um pouco mais tarde. Eunice Gutman dirigiu *Amores da Rua*, que foi lançado no final dos anos 1980, mas ainda tinha muita relevância

voltaram principalmente para os estudos epidemiológicos e comportamentais sobre HIV/AIDS e o uso de camisinhas entre trabalhadoras do sexo, pesquisadoras feministas também estiveram envolvidas nessas investigações (Chacham et al, 2007; Guimarães 2005; Pasini, 2000).

Entretanto, como observa acertadamente Jacira Mello, essas ligações proíficas possuem um outro lado. O pensamento e a ação do feminismo brasileiro eram profundamente inspirados por críticas marxistas à sociedade e ao Estado. Se, por um lado, algumas vozes feministas se alinhavam com a crítica de Engels de que a condenação da prostituição era tributária da moral burguesa, desde sempre muitos setores do movimento feminista brasileiro entendiam a prostituição como culminação da exploração capitalista masculina do corpo da mulher¹⁹.

Além disso, à medida em que tanto o movimento feminista quanto o das prostitutas se tornavam mais institucionalizados, a sinergia e a curiosidade mútua no início da democratização no Brasil, de alguma forma perdeu força. No fim da década de 1990 os diálogos envolvendo os dois movimentos se tornaram cada vez mais raros, o que é de fato intrigante, dado que naquele momento a crescente feminização do HIV/AIDS teria aberto várias janelas de oportunidades e mais trocas entre os dois movimentos.

Anos 2000: Um cenário reconfigurado

A paisagem nos anos 2000 seria muito diferente das duas ou três décadas anteriores, em particular porque outras vertentes políticas acima mencionadas se fizeram mais presentes e vigorosas. Por exemplo, o campo de defesa dos direitos das crianças e adolescentes contra exploração sexual ganhou força depois que o Brasil ratificou, em 2004, Protocolo Opcional para a Convenção dos Direitos das Crianças, Tráfico de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil²⁰.

política nos anos 2000, quando a agenda dos direitos das prostitutas como direitos trabalhistas ganhou visibilidade e legitimidade.

¹⁹ Essa prevalência ideológica foi enfatizada por Jacira Mello, que lembrou que no início dos anos 1980 em São Paulo, uma reunião feminista foi convocada para discutir as principais controvérsias surgidas no movimento mais amplo de mulheres, entre elas o aborto e a prostituição.

²⁰ O Protocolo Opcional foi adotado pela ONU em maio de 2000 e se tornou obrigatório em 2002. O fato de que foi ratificado pelo Brasil em 2003 mostra o alto nível de interesse e comprometimento político com essa agenda por parte tanto do Estado quanto da sociedade brasileira.

O mesmo se observou com relação às iniciativas legais e políticas acerca do tráfico de pessoas, que também se tornaram mais sólidas depois da ratificação do Protocolo de Palermo, no mesmo ano (2004), pois meses depois um decreto presidencial adotou formalmente suas definições e instruções para políticas domésticas sobre este tema. Em 2006, outro decreto foi aprovado a partir do qual o governo criava um grupo interministerial para esboçar o correspondente Plano Nacional, que foi aprovado em Janeiro de 2008. O Plano abrangia quatro eixos: produção de informações baseadas em evidências; programas de prevenção voltados para identificar a raiz das causas e proteger os grupos mais vulneráveis; proteção das vítimas (não discriminação, acesso à justiça e serviços consulares e reintegração); e repressão (monitoramento, controle e investigação)²¹.

Mesmo antes da ratificação dessas normas internacionais, o debate público brasileiro já vinha sendo influenciado pelas perspectivas e discursos que circulavam no plano transnacional. É disso exemplo, a Pesquisa Sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF) que, em 2003, investigou o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes. O PESTRAF era o componente brasileiro de uma grande iniciativa de pesquisa interamericana que envolveu um grupo amplo e diverso de atores²²: grupos de defesa dos direitos das crianças, ONGs de direitos humanos, centros de estudos de gênero, organizações feministas e instituições religiosas²³. A coordenação nacional do estudo foi compartilhada entre o CECRIA (um centro de pesquisa pelo direito das crianças), pela ANDI (uma agência de notícias sobre os direitos das crianças) e a Pastoral Católica para Mulheres Marginalizadas²⁴.

²¹ Os três Decretos Executivos ratificando a integração do Protocolo de Palermo em um Plano Nacional foram os No. 5.107 (março de 2004), No. 5.948 (janeiro de 2006), e o No. 6.347 (janeiro de 2008). O esboço do Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas foi coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Política das Mulheres. As outras instituições estatais envolvidas foram o Ministério Público e uma ampla gama de organizações da sociedade civil. Essa lista, contudo, não incluiu a Rede Nacional de Prostitutas.

²² A coordenação internacional da pesquisa foi composta pela Comissão Interamericana de Mulheres, Instituto Interamericano da Criança e pelo o *International Institute on Human Rights Law* (De Paul University). O projeto brasileiro foi financiado pelo ILO, USAID, (por meio do POMAR), *Save the Children* (da Suécia) e pelo *CWF Institute* (que embora seja baseado no Brasil foi fundado pela Coroa sueca). O apoio do governo brasileiro ocorreu por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

²³ Quatro ONGs feministas e uma unidade acadêmica de estudos de gênero estiveram envolvidas na pesquisa: Rede Acreana de Homens e Mulheres (Rio Branco), Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Gênero (UFAC- Acre), Casa Renascer (Natal), SOS Corpo (Recife) e Geledés (São Paulo).

²⁴ As informações disponíveis no site da Pastoral deixam claro que a Pastoral pode não ter aderido completamente a uma postura marcadamente abolicionista em 1980, mas nos anos 1990 esse alinhamento

Depois da publicação dos resultados da PESTRAF, iniciativas relacionadas à coibição da exploração e abuso sexuais de crianças e ao tráfico de pessoas se intensificaram no Congresso. Ainda, em 2003, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigar Abuso Sexual e Exploração de Crianças e Adolescentes foi criada, e dois anos depois, a Lei Provisória 11.106 foi aprovada para emendar vários aspectos do Código Penal relacionados à sexualidade, incluindo a seção originalmente intitulada “Tráfico de Mulheres”. Foram instituídas duas mudanças principais. Primeiro, foi adotada uma linguagem neutra em relação ao gênero chamada “Tráfico de Pessoas”, embora o objeto da lei continue a ser restrito aos casos de tráfico com propósito de exploração sexual. Em segundo lugar, uma nova seção de “Tráfico Interno” foi acrescentada ao texto²⁵. Estas mudanças legais também implicaram na canalização dos recursos domésticos e internacionais para o financiamento de ativistas sociais anti-tráfico e para a prevenção/erradicação da exploração sexual de menores²⁶.

Por outro lado, no âmbito das pautas feministas e da igualdade de gênero, mudanças políticas importantes também se deram ao longo dos anos 2000. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial para Políticas para Mulheres que instalou processos participativos de consulta para elaboração de políticas públicas. Duas conferências nacionais ocorreram em 2004 e 2007 nas quais 20.000 mulheres participaram. Também foi decretada em 2006 a Lei Maria da Penha para prevenir e punir a violência de gênero, reforma que se tornou emblemática do governo Lula. No entanto, é muito importante

foi fortemente estabelecido, uma vez que sua lista de atividades menciona um encontro com a Federação Abolicionista Internacional. A trajetória descrita na página da Pastoral indica que a instituição, que nos anos 1980 era relativamente marginal e vivia tensões com a hierarquia, recebeu um crescente suporte a partir dos anos 1990 dos altos escalões da Igreja Católica.

²⁵ Outra tendência relacionada a essa foi a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra a pedofilia em 2008, que propôs e aprovou emendas ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Código Penal. Essa CPI foi provocada por debates nacionais e internacionais sobre a pornografia infantil na Internet. Por exemplo, em 2008, quando a Conferência Internacional sobre o Abuso Sexual da Criança e do Adolescente, patrocinada pelo ECPACT, foi sediada no Rio de Janeiro, a pornografia infantil foi um tema muito presente na agenda e alcançou uma grande cobertura midiática. Enquanto a Conferência ocorria no Rio de Janeiro, o congresso aprovou a reforma do ECA proposta pela CPI, redefinindo o crime de pornografia infantil.

²⁶ As principais agências envolvidas em atividades relacionadas ao anti-tráfico no Brasil incluem ILO, UNODOC, UNICEF, OIM, a Embaixada Suíça, Cordaid, Save the Children, Oak Foundation e USAID. Se por um lado o fluxo de recursos internacionais é um aspecto chave desse cenário político, por outro lado não é possível mapeá-lo devidamente. Uma cifra a que tivemos acesso é a de que o USAID concedeu \$800,000 para a linha de “prevenção ao tráfico” entre os anos de 2003 e 2008. Outro aspecto chave em relação ao financiamento é que esses aportes financeiros chegaram ao Brasil exatamente quando os recursos para o financiamento de trabalhos ligados aos direitos reprodutivos e sexuais e à prevenção de HIV/AIDS diminuíram significativamente.

observar que nas diretrizes de políticas recomendadas pelas duas conferências, sob o guarda chuva mais amplo da prevenção e erradicação da violência também se incluíam medidas para prevenir e erradicar o tráfico de mulheres e meninas²⁷.

Concomitantemente, demandas políticas relacionadas ao trabalho sexual também ganharam espaço pois a Rede Brasileira de Prostitutas começou a se mobilizar, intensamente, em torno da pauta dos direitos trabalhistas. Tomando como referências as reformas legais da Alemanha e da Nova Zelândia, a Rede reivindicou que a prostituição fosse reconhecida como uma ocupação nos parâmetros de pesquisa do IBGE e também nas categorias definidas pelo Ministério do Trabalho e essa demanda foi respondida de forma positiva em 2002.

Em 2003, um projeto de lei para regular as relações trabalhistas no campo do trabalho sexual comercial foi apresentada ao Congresso pelo então deputado Fernando Gabeira (PT). Entre as mudanças legais, a proposta previa a eliminação do artigo 231 do Código Penal que trata do tráfico de mulheres para fins sexuais²⁸. Num encontro realizado em 2004, a Rede Brasileira de Prostitutas decidiu estrategicamente recusar qualquer parceria ou colaboração com grupos engajados em projetos de pesquisa anti-tráfico argumentando que esses projetos careciam de consistência metodológica e empírica. Piscitelli (2005) e o Grupo DAVIDA (2005) criticaram os métodos, fontes e resultados do PESTRAF e de outras investigações de tráfico sexual, argumentando que a maioria destes estudos estava baseada em publicações da imprensa e não usava metodologias rigorosas de pesquisa. Em decorrência disso, os resultados finais inflavam números e criavam confusão entre tráfico e prostituição, prostituição e exploração sexual de crianças e migração e trabalho sexual (Piscitelli, 2007, 2008).

Esta era a conjuntura política quando, em 2005, quando o governo brasileiro suspendeu o acordo da USAID. Logo depois desta muito significativa decisão, DAVIDA, a ONG dirigida por Gabriela Leite, lançou uma marca de roupas inspirada no estilo de vestir das prostitutas. A nova marca foi chamada DASPU, acrônimo para Das Putas, mas

²⁷ A lei nitidamente criou um forte e amplo consenso no que diz respeito ao repúdio a todas as formas de violência de gênero. Não é exagero sugerir, no entanto, que em alguns setores, especialmente organizações feministas de base, que esse forte sentimento de repúdio pode ter alimentado a correlação clássica e simplista que considera: violência de gênero é igual a tráfico que é igual a violência de gênero.

²⁸ O projeto de lei é inspirado na legislação alemã de 2002. Ele propõe a anulação de três artigos do Código Penal: 228 (facilitação da prostituição), 229 (a propriedade de bordéis) e 231 (sobre o tráfico, uma vez que o artigo se refere exclusivamente a mulheres traficadas para serviços sexuais). No texto proposto lê-se: O Congresso Nacional decreta: Art. 1. O pagamento por serviços sexuais pode ser realizado.

que fazia analogia aberta com a marca de uma grife de moda caríssima de São Paulo, a famosa DASLU que, naquele momento, estava sendo investigada por evasão de divisas. O objetivo principal do projeto DASPU era levantar recursos para financiar as atividades da DAVIDA. Mas o novo projeto teve também feitos políticos no sentido de desestabilizar estandartes morais do imaginário social em torno da prostituição²⁹. A DASPU ganharia enorme visibilidade internacional, após os desfiles feitos nas Conferências Internacionais de AIDS (a partir de 2006).

Estes movimentos conjugados foram, à época, interpretados nacionalmente e internacionalmente como sinais de que, no Brasil, novas normas legais seriam adotadas para reconhecer os direitos das prostitutas como direitos trabalhistas e adotar uma abordagem mais racional e menos ideológica em relação ao tráfico. Contudo, como visto anteriormente, as condições e tendências desse campo de debate e formação de políticas públicas eram muito mais complexas e contraditórias. Sob uma superfície de ganhos positivos, as políticas públicas nacionais estavam rapidamente se alinhando com a ideologia e as normas globais acerca do tráfico sexual e exploração de crianças e adolescentes. Não menos importante, já estava em curso a ampliação da influência religiosa conservadora, tanto católica quanto evangélica, nos debates políticos e legislativos, que também impactariam as políticas de prostituição.

Não surpreendentemente, nos meados dos anos 2000, operações policiais começaram a se multiplicar nas áreas de prostituição, em todo o país. Na maioria dos casos estas operações eram motivadas pelo pânico moral que vinha se alimentando em relação ao tráfico e ao abuso sexual de menores. Após a reforma legal em relação à definição de tráfico, de 2005, que passou a incluir o deslocamento de pessoas dentro do país, essas operações se intensificariam. Por exemplo, Olivar (2010) reporta como os abusos nas operações policiais em Porto Alegre, que se registravam desde 1990, se intensificaram nos anos 2000.

²⁹ Logo após o lançamento da DASPU, a DASLU reagiu ameaçando a DAVIDA e Gabriela Leite com um processo por “ataque difamatório à boa reputação”. A DASPU declarou publicamente que não iria mudar o nome e a DASLU desistiu da ação após constatar que não havia base legal. Este episódio resultou em debates na mídia impressa e na televisão, tornando a DASPU rapidamente conhecida para uma audiência muito diversa. Desde 2005, a DASPU realizou diversos desfiles de moda no Brasil e no exterior, incluindo a Conferência Internacional sobre a AIDS no México de 2008 e a Conferência Internacional sobre a AIDS em Viena de 2010.

Ainda mais relevante, menos de um mês depois da suspensão do acordo com a USAID em razão da condicionalidade relativa à prostituição, a Polícia Federal invadiu uma festa em um barco na Marina da Glória após receber uma denúncia de que drogas e menores oferecendo serviços sexuais estavam a bordo. A operação prendeu vinte e nove turistas americanos, a maioria deles homens negros, e quarenta trabalhadoras sexuais. Mas, muito rapidamente, a polícia imediatamente percebeu que nem menores nem drogas estavam envolvidos e, conseqüentemente, as mulheres foram liberadas. Apesar das reclamações do consulado americano, os passaportes dos turistas foram confiscados. A Polícia Federal anunciou que os homens haviam sido acusados do crime (não existente) de “turismo sexual” e, por isso, seriam deportados. O episódio foi ostensivamente divulgado pelas organizações anti-tráfico nacionais como uma grande “vitória” política. Outros episódios ocorreram no resto do país no mesmo período, nos quais prostitutas vindas de outros estados foram consideradas “traficadas” e os estabelecimentos se tornaram alvo de investigações. (Grupo DAVIDA, 2005).

Por fim, é preciso mencionar situações relacionadas à limpeza urbana ou “gentrificação” que, como se sabe, é um recurso clássico de marginalização e exclusão das prostitutas da vida social considerada respeitável. Em 2009, o complexo Help (bar, restaurante e boate), situado na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, desde muito o ponto mais conhecido da cidade para o turismo sexual, é fechado para ser convertido na nova sede do Museu da Imagem e do Som. Os agentes estatais responsáveis pelo projeto negavam que o fechamento da Help foi motivado por sentimentos antiprostituição ou anti-turismo sexual, mas é evidente que o projeto fazia parte do plano mais abrangente de “limpeza urbana” em preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O fechamento da Help tampouco pode ser dissociado das mudanças que vinham se dando no clima político mais amplo em relação ao trabalho sexual. Ao fechar um espaço onde mulheres tinham autonomia individual como provedoras de serviços sexuais, o Estado estava, de fato, excluindo as trabalhadoras do sexo e colocando-as em condições muito mais arriscadas e coercitivas como a prostituição confinada e exploração pela cafetinagem (Silva and Blanchette, 2009; DAVIDA, 2010).

O fim dos anos 2000: encontros, rupturas e diálogos suspensos

Antes dos anos 2000, algumas vozes feministas brasileiras demandavam a abolição da prostituição no Brasil, mas não tinham muita ressonância. Mas o surgimento da seção brasileira da Marcha Mundial das Mulheres, que desde sempre teve uma posição vocal contra a prostituição - informada por uma crítica à exploração capitalista, violência de gênero e comercialização dos corpos das mulheres - marcou uma inflexão importante nesse percurso. Ao longo de toda essa década, as visões da Marcha das Mulheres sobre o trabalho sexual ganharam a aderência de outras redes e organizações feministas, particularmente entre grupos trabalhando com violência de gênero e outras organizações mais amplas.

Um exemplo é a Articulação das Mulheres Brasileiras, que abrange uma diversa gama de organizações. A AMB nunca fez um manifesto público ou formal contra a prostituição, mas ao final dos anos 2000 incluía organizações engajadas nas atividades anti-tráfico e projetos direcionados à erradicação da exploração sexual de menores. Nesse período, em várias oportunidades, representantes da AMB expressavam visões abolicionistas em eventos acadêmicos e ativistas, mas também em diálogos sobre políticas públicas com autoridades do Estado.³⁰

A Pastoral das Mulheres Marginalizadas também expandiu suas atividades e campo de atuação. No início dos anos 2000 essa instituição criou o Serviço para Mulheres Marginalizadas, mais diretamente engajado nas atividades anti-tráfico, com um importante componente comunicacional. Mais tarde uma nova ramificação da Pastoral foi criada: a GMEL (Grupo para Mulheres, Ética e Libertação), que muito significativamente é liderada por uma ex-trabalhadora do sexo. Nessa nova fase, a Marcha das Mulheres estabeleceu parcerias estratégicas com a Pastoral das Mulheres Marginalizadas para a mobilização política e atuação no campo das políticas públicas (Skackauskas, 2014).

Nesse contexto em mutação também ocorreram transformações no ativismo pelos direitos das trabalhadoras sexuais. Ainda nos anos 2000, algumas vozes do movimento brasileiro de travestis passaram a utilizar as noções de “agência” e autonomia que, fundamentalmente, informam as posições favoráveis aos direitos das prostitutas. O argumento central dessas ativistas era que, por falta de outras alternativas, as transexuais

³⁰ No caso da AMB isso já não acontece hoje.

e travestis são confinadas ao trabalho sexual e, portanto, sua experiência não deveria ser interpretada como expressão de autonomia³¹.

Linhas de convergência e de fratura

Por outro lado, novos espaços se abriram que facilitaram o diálogo entre as feministas e as ativistas dos direitos das prostitutas. Isso se deu nas duas grandes conferências nacionais sobre políticas para mulheres e também no campo das políticas de HIV/AIDS. Desde os anos de 1990, quando os levantamentos epidemiológicos sugeriram que o número de infecções entre mulheres havia aumentado substantivamente, a necessidade de investir sistematicamente na contenção da epidemia na população feminina foi sentida. O crescimento dessa agenda ocorreu depois de 2006, quando a feminização do HIV, desigualdade de gênero e violência alcançaram grande legitimidade a nível internacional, um movimento que coincidiu com a consolidação da Secretaria Especial para Políticas de Mulheres e a adoção da lei contra a violência de gênero.

Em 2007, o Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria Especial para Políticas de Mulheres aprovou o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da AIDS e outras DST, que também incluía diretrizes para prevenção e tratamento das trabalhadoras do sexo e das mulheres transexuais. Quando o esboço do plano foi discutido com grupos da sociedade civil, alguns grupos feministas contestaram a inclusão das mulheres transexuais, mas a inclusão de prostitutas não foi disputada. Já entre as trabalhadoras, o plano foi muito bem recebido, pois segundo Gabriela Leite: “Quando o governo e os movimentos de mulheres incluem as prostitutas num plano global contra a AIDS nós tomamos outro grande passo para superar o estigma contra a prostituição”³².

³¹ A posição defendida pelo movimento brasileiro ecoa as análises e posturas desenvolvidas por grupos argentinos como a ALLIT. Lohana Berkins, que é membro do grupo, se recusa a reconhecer a prostituição como trabalho e prefere usar a terminologia “pessoas vivendo na prostituição” porque ela vê a prostituição como uma situação transitória que pode ser vivida por qualquer pessoa ao longo de sua vida. Ela também acredita que é necessário oferecer às pessoas caminhos para fora da prostituição. Na sua opinião, a prostituição existe porque a atividade é legitimada na sociedade e também porque os Estados, sejam socialistas ou capitalistas, se beneficiam da renda resultante do mercado do sexo. Contudo, pessoas em situação de prostituição não se beneficiam desses mesmos ganhos colossais. (SPW 2009). Disponível em <http://www.sxpolitics.org/?p=2975> . Acesso em 10 de dezembro de 2021.

³² A implementação do plano enfrentou uma série de obstáculos e as estratégias e diretrizes foram revisadas em meados de 2009. Uma avaliação está em curso atualmente.

Além disso, transcorreram debates transnacionais relevantes sobre prostituição e o tráfico, cujos resultados, contudo, nem sempre foram positivos. Entre 2006 e 2007 o governo brasileiro, em parceria com a UNAIDS e o FNUAP apoiou duas conferências internacionais sobre HIV e trabalho sexual, uma no Rio de Janeiro (2006) e outra em Lima (2007). Na conferência do Rio, a composição do encontro não facilitaria o consenso, pois incluiu tanto a Coalizão Contra o Tráfico de Mulheres (CAT-W), reconhecidamente abolicionista, quanto diversas redes de trabalhadoras sexuais tais como a Rede de Projetos de Trabalho Sexual, a Rede Latina de Trabalhadoras do Sexo (RETRASEX), a Rede de Trabalhadoras do Sexo da Ásia e do Pacífico e organizações de trabalhadoras do sexo da Europa e do Caribe. Entre os atores governamentais, da mesma forma estavam presentes, os representantes do PEPFAR e a embaixadora da Suécia no Brasil, quanto agências estatais com posições progressistas sobre essas questões, como o programa brasileiro para o HIV/AIDS.

O documento final, preparado pelo UNAIDS e lançado em abril de 2007, foi duramente criticado por redes de trabalhadoras do sexo porque não fez a necessária distinção entre tráfico e prostituição, o que levou à criação de um grupo de trabalho para revisar o texto em 2009³³. Por outro lado, a consulta Latino-Americana de 2007 foi um sucesso provavelmente porque envolveu trabalhadoras mulheres e transexuais bem como agências governamentais que permitiram grande consenso em temas difíceis. Em Lima, a RETRASEX e a RBP formalmente assumiram a luta por direitos sexuais como parte da agenda de direitos humanos para as trabalhadoras do sexo.

Um ano mais tarde, em 2008, o Departamento de AIDS e DSTs organizou uma consulta nacional similar, que também envolveu várias agências estatais, a RBP, a Federação de Prostitutas Brasileiras, a Associação Nacional de Travestis, ONGs trabalhando no campo do HIV e o deputado Fernando Gabeira. O grupo de trabalho que havia preparado a consulta concordou que a terminologia a ser usada nas conversas e no relatório final seria “pessoas engajadas na prostituição” para abarcar várias categorias e denominações aplicadas a trabalhadoras do sexo³⁴. Mas ao longo dos debates a Federação

³³ Gabriela Leite participou do grupo de trabalho da UNAIDS como uma das representantes do NSWP.

³⁴ Essa terminologia foi uma espécie de termo guarda-chuva englobando outros nomes e categorias em circulação nos debates políticos sobre temas como prostitutas, trabalhadoras do sexo, profissionais do sexo, garotas de programa e um conjunto de denominações populares. O consenso linguístico foi uma pré-

Brasileira de Prostitutas propôs a terminologia “pessoas vivendo em situações de prostituição”, um termo largamente usado por grupos abolicionistas. Além disso, algumas líderes do movimento trans também expressaram a visão de que a prostituição é uma condição coercitiva e restritiva. Gabriela Leite, representando a RBP, reagiu fortemente a estes argumentos. Essas diferenças de posição levaram a um impasse, que atrasou muito a publicação do relatório final da consulta³⁵.

Alguns meses depois, a Secretaria Especial para Políticas das Mulheres também organizou uma oficina em preparação para um seminário nacional sobre o trabalho sexual. Tanto a RBP quanto a Federação Nacional de Prostitutas foram convidadas, mas a RBP decidiu não participar porque, em sua visão, os resultados da consulta sobre HIV/AIDS haviam sido pouco produtivos. A Federação Brasileira de Prostitutas foi representada por sua líder e por um membro do Serviço para Mulheres Marginalizadas (um braço da Pastoral Católica).

Na oficina, vozes acadêmicas e os ministros de Política para Mulheres, Saúde e Trabalho afirmaram que a prostituição não era ilegal no Brasil e deveria ser abordada a partir do enquadramento dos direitos humanos. Já a representante do Ministério da Justiça reiterou problemas ligados ao tráfico de pessoas e à exploração sexual de menores, sem mencionar os direitos potenciais de trabalhadoras do sexo acerca da prostituição. Em contraste, a representante da Pastoral reivindicou políticas públicas para ajudar as mulheres a deixar a prostituição se assim o desejassem. E a Federação Nacional das Prostitutas argumentou que a regulação da prostituição poderia agravar o problema do tráfico e exploração sexual de menores. E, representantes da Marcha de Mulheres e da Articulação das Mulheres Brasileiras propuseram que o governo brasileiro deveria pedir o rascunho de uma convenção internacional que visasse abolir a prostituição. Essas diferenças radicais de posição levaram a um novo o beco sem saída, desta feita, no âmbito da arena feminista de políticas públicas.

condição importante para assegurar o engajamento de todos os setores envolvidos porque o atual debate começou nos anos 1990 quando Gabriela Leite e a Rede Brasileira de Prostitutas começaram a contestar os termos trabalhadoras do sexo e profissionais do sexo, argumentando que em sua visão essa linguagem tinha o objetivo de pasteurizar os “palavrões” prostitutas e prostituição. Essa era uma escolha clara por resignificar politicamente o termo, o que determinou o nome da própria rede; também inspirou o título da autobiografia de Gabriela Leite, publicada em 2009 “Filha, mãe, avó e puta”. Mas nem todos concordam com essa opção porque, entre outros motivos, prostituta é uma categoria feminina que não se aplica a homens transexuais e travestis ligados ao trabalho sexual.

³⁵ O relatório não foi postado na web, mas foi incluído no mesmo CD ROM que contém a última versão (2009) do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização do HIV/Aids e Outras DSTs.

A partir desse evento, foram detectados sinais de que o financiamento para que grupos de prostitutas continuassem seu ativismo por direitos estava sendo restringido. Para citar um exemplo. Em, 2008 a RPB submeteu uma proposta de trabalho para um edital do Departamento de DST/AIDS, mas não foi selecionada e, segundo Gabriela Leite, a razão foi que o comitê de seleção considerou que o projeto enfatizava excessivamente a promoção dos direitos trabalhistas em detrimento da prevenção a AIDS/HIV. Em 2009, outro edital foi lançado e o Departamento de HIV/AIDS persuadiu a RBP a aplicar, assim foi feito, mas a ONG não foi selecionada por não cumprir as novas exigências burocráticas do edital. Nesta rodada, contudo, a proposta submetida pela Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE) como representante legal da Federação Brasileira de Prostitutas foi selecionada³⁶. Essa foi a primeira vez, desde 1980, que a RBP não foi financiada pelos recursos do Programa Nacional de HIV/AIDS.

Outras consultas públicas ocorreriam depois desses editais para pensar o desenho, implementação e monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de 2006 e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de 2008. Delas participaram tanto as organizações que haviam estado na consulta pública sobre HIV/AIDS e na oficina da Secretaria Nacional para Políticas de Mulheres, como outros atores e instituições.

A revisão dos documentos discutidos nesses debates indicam que a atuação governamental anti-tráfico em andamento no Brasil, naquele momento, envolvia a participação da edição brasileira da Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW), conhecida por não se alinhar a posições abolicionistas rígidas. Mas o espectro mais amplo de atores da sociedade civil engajados nesses debates incluía organizações feministas cujas posições antiprostituição eram públicas³⁷. Muito claramente, o governo tinha expectativa de que nesses debates múltiplos e paralelos poderia ser possível

³⁶ O projeto inclui parcerias com um conjunto de organizações cujos trabalhos podem ser caracterizados como abolicionistas, como é o caso da Pastoral para Mulheres Marginalizadas.

³⁷ Em 2008 a SODIREITOS (em parceria com o GAADW) publicou os resultados de uma pesquisa sobre o tráfico de mulheres da República Dominicana para o Brasil e para o Suriname (Hazeu 2008). Embora em 2008 o relatório criticasse a metodologia e as descobertas do PESTRAF, o tom geral desses documentos não era muito diferente daquele que prevalece na literatura anti-prostituição, uma vez que em geral o foco principal continua a ser o tráfico para fins sexuais e há uma forte ênfase na vitimização. A edição brasileira do GAADW também esteve envolvida na produção do relatório de monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ASBRADE et al. 2009) e a ASBRADE está diretamente envolvida no trabalho de prevenção e recepção de pessoas deportadas e traficadas no aeroporto de Guarulhos. Sua atuação é considerada excelente por Adriana Piscitelli (comunicação pessoal).

pavimentar os caminhos para um consenso sobre a prostituição, o tráfico de pessoas e a exploração sexual de menores. Mas tudo indica que as tensões e impasses surgidos nessas discussões impediram que esse objetivo fosse atingido.

Na ocasião dessas consultas públicas e editais, o Estado brasileiro foi criticado por ter envolvido nesses processos tanto grupos que manifestavam posições radicais contra a prostituição, quanto vozes que apoiavam os direitos das trabalhadoras do sexo à regulação trabalhista da indústria do sexo. Contudo, dialogar com diferentes posições é uma regra básica das deliberações democráticas. Sobretudo, nos debates relatados neste artigo, os atores-chave do aparato estatal não só navegaram bem entre essas posições radicalmente opostas como, de fato, em linha gerais se mantiveram firmes na defesa dos direitos humanos das trabalhadoras sexuais.

Trabalho sexual na pauta de política externa

Nas arenas globais, o governo brasileiro, até o começo dos anos 2010, se posicionou várias vezes contra a criminalização do trabalho sexual. Isso aconteceu, na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU para HIV/AIDS em 2001 (UNGASS, 2001) e uma vez mais na Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher de 2005, quando uma resolução proposta pelos EUA sobre o tráfico estava sendo discutida (Collet, 2007). Essa posição seria reafirmada nas duas consultas sobre HIV e trabalho sexual mencionadas anteriormente e, novamente, em junho de 2010 quando o Brasil apoiou o relatório apresentado por Anand Grover, Relator Especial sobre o Direito à Saúde do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que pedia a descriminalização das relações homossexuais, transmissão do HIV e trabalho sexual.

Contudo, a partir de 2010, surgiram sinais de que o pêndulo poderia estar se deslocando para o polo abolicionista mais rapidamente que o previsto. Durante as eleições presidenciais daquele ano, particularmente em seus momentos finais, forças religiosas conservadoras exerceram grande pressão sobre os candidatos sobre questões morais. Na passagem para o segundo turno, ao fim de uma reunião de pastores evangélicos com a então candidata Dilma Roussef, um desses líderes declarou que o grupo havia demandado de Roussef uma posição firme contra o aborto, o casamento do mesmo sexo, e o agravamento da punição por uso de drogas. Não foi assim uma surpresa quando, em dezembro do mesmo ano, o relator do projeto de lei Gabriela Leite – que pedia a legalização do trabalho sexual – no seu relatório final tenha alterado o projeto para propor

a criminalização dos clientes de trabalhos sexuais, ou seja, a adoção do chamado modelo sueco³⁸.

Na sociedade, muito embora as tensões também estivessem se acirrando, as interações entre ativistas feministas, pesquisadores e prostitutas se mantiveram vivas e se ampliaram. Por exemplo, o Simpósio Fazendo Gênero – uma reunião de mais de 3000 pessoas que ocorre a cada dois anos desde 1994 – em sua edição de 2008, pela primeira vez, incluiu dois simpósios temáticos sobre prostituição. Uma pesquisa rápida na plataforma “SciELO”, que comporta a maioria das revistas sobre saúde pública e ciência social no Brasil, identificou 52 artigos voltados para o tema da prostituição. Enquanto a prostituição de crianças e adolescentes e o HIV/AIDS continuam a ser temas privilegiados, um grande número de trabalhos publicados examina outras dimensões do sexo. Sobretudo, as vozes de prostitutas que reclamam direitos humanos e que criticam os discursos que confundem tráfico e prostituição e as vitimizam estavam cada vez mais visíveis no debate público e em arenas políticas relevantes.

Por último, mas não menos importante, em Novembro de 2010, depois que a primeira versão desse artigo já havia sido finalizada, o “Seminário Internacional: Sexualidade, Feminismo e Experiências Lésbicas” foi organizado, em Belo Horizonte. Os Prazeres Dissidentes e Direitos Sexuais foi um dos painéis do evento e, nele, Gabriela Leite defendeu direitos das trabalhadoras sexuais assim como um diálogo mais sistemático com feministas sobre políticas em torno da questão do tráfico, que, segundo ela, ia se intensificar, com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Embora algumas tensões tenham sido detectadas, as posições de Gabriela foram muito bem recebidas pela maioria da audiência. Esta foi a primeira vez, em muito tempo, que as feministas e o movimento das trabalhadoras sexuais faziam um debate público sobre a prostituição.

Ao escrever o texto em 2010, afirmamos que seria um exagero dizer que o Brasil já vivia então uma onda abolicionista extrema, mas sublinhávamos que a paisagem política desse campo de debates estava muito alterada. As posições abolicionistas, tanto extremas quanto mais moderadas estavam em franca ascensão e episódios de pânico

³⁸ O grupo evangélico que emergiu nas eleições de 2010 perpassa todos os partidos políticos e agora constitui o terceiro maior grupo da Câmara, contando ainda com dois fortes representantes no Senado.

moral com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes e turismo sexual se haviam multiplicado. O discurso abolicionista começava a se instalar no aparato de Estado e dinâmicas de repressão policial e limpeza urbana estavam em curso nos níveis locais.

E, como se viu, nos últimos meses de 2010, as posições favoráveis a criminalização da prostituição e de seus clientes se manifestaram pela primeira vez nos altos escalões da política nacional. Dito, de outro modo, havia muitos sinais de que esta tendência poderia se expandir em anos subsequentes. Por outro lado, muito positivamente, estavam sendo dados os primeiros passos para restabelecimento do diálogo entre feministas, lésbicas e trabalhadoras do sexo.

O que pensavam em 2010 as trabalhadoras do sexo e feministas sobre o “problema da prostituição”?

Como dito no prólogo, para elaboração do artigo fizemos uma consulta qualificada para assegurar que o artigo refletisse outras vozes que não apenas as nossas. Uma seleção das entrevistas feitas com ativistas e pesquisadoras feministas e ativistas lésbicas é apresentada no próximo bloco. Seu conteúdo tinha à época o sentido de documentar as convergências e divergências contribuindo para os diálogos que estavam então tomando corpo. Essa breve compilação deve ser situada em relação ao pano de fundo de reconfiguração do campo de debate analisado nas seções anteriores.

Perspectivas das Trabalhadoras do Sexo sobre a Prostituição

“Eu entendo prostituição como uma questão central a ser discutida quando falamos de direitos sexuais... eu entendo a prostituição como o direito de vender fantasias sexuais. Além do desejo e de um direito sexual, a prostituição é trabalho. Como trabalho, ela implica direitos e deveres. Hoje as prostitutas não têm direitos trabalhistas. Se as relações de trabalho forem esquecidas, tudo é esquecido e esse é o gap do qual os criminosos se aproveitam. É isso que produz exploração. Exploração existe porque prostituição é uma “terra de ninguém””. Gabriela Leite.

“O direito de uma prostituta devia ser visto como o direito de uma mulher à escolha. Eu sou orgulhosa da minha vida; eu tenho o direito de escolher. O que eu faço não deve ser

visto como uma imposição simplesmente porque eu não tenho casa, não tenho descanso, não tenho saúde. A federação é composta por mulheres com mais de 20 anos porque adolescentes devem estar na escola aprendendo. Prostituição envolve muitos perigos. Nós discutimos políticas públicas pensando principalmente sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós fazemos isso porque depois da legalização muitos problemas irão surgir por causa do tráfico e da exploração”. **Rosarina Sampaio**³⁹

“Nós trabalhamos, mas não temos nenhum suporte trabalhista ou legal, mesmo quando há uma grande demanda pelo trabalho sexual na sociedade. A visão de que as pessoas têm da prostituição é que é muito ruim, pois faz com que as pessoas que trabalham com isso não tenham uma voz. Mas não é assim. Tem pessoas que gostariam de ser grandes empresárias, mas não podem e por isso se tornam faxineiras. Isso não é ruim ou errado em si. É simplesmente um meio de ganhar a vida. Eu acho que a prostituição é um meio de sobrevivência. Algumas pessoas fazem por falta de oportunidades. Outras porque completa a renda. Mas também há aquelas que entram nessa vida como um hobby, da mesma forma que algumas pessoas trabalham durante a semana e pintam paredes no fim de semana. (...) O que precisa ser combatido não é a prostituição em si, mas a exploração, como lutamos contra a exploração em outras áreas de trabalho. Isso é realmente necessário porque há muitas pessoas que exploram o trabalho da mulher, travestis e homens engajados no mercado sexual” **Janaína Lima**⁴⁰

“Eu pertenço ao grupo que diz que eu tenho direito ao meu corpo, à minha sexualidade, à minha maternidade. Se este corpo é meu e no capitalismo todo trabalho tem um valor, eu tenho que definir um preço pro meu trabalho sexual. Por que não definir precisamente o preço de um boquete?” **Claudette Costa**⁴¹

Perspectivas Feministas sobre a prostituição

³⁹ Rosarina Sampaio é a presidente da Rede Nacional de Trabalhadoras do Sexo. Ela não foi entrevistada. Essa citação foi retirada do relatório do Workshop sobre Prostituição Feminina organizado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres em 2008.

⁴⁰ Janaína Lima foi militante travesti, pedagoga e profissional de sexo. Nascida na divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba, atuou como coordenadora adjunta de Políticas para LGBTI de São Paulo.

⁴¹ Claudette Costa é prostituta e intersexual.

“Os lobistas que defendem a legalização da prostituição, ou principalmente a legalização da ‘profissão de cafetão’ estão de volta à cena, trazendo seus discursos baratos e fáceis sobre a liberdade do corpo, bem como mentiras sobre os impactos positivos que isto terá nas vidas das mulheres na prostituição. Ninguém pode argumentar contra os direitos das mulheres à prostituição, especialmente o direito de viver sem violência, mas a questão é mais profunda: nós vamos aceitar isso como escolha delas? Que mundo é esse em que mulheres pobres estão condenadas à mercantilização de seus corpos, de seu sexo? Nós devemos elaborar mais tarde sobre o que nós temos visto desde que retomamos nossa ofensiva contra a mercantilização dos corpos das mulheres e expandido nossas operações frente à discussão da prostituição”. Jornal da Marcha Mundial das Mulheres, 1 de Junho, 2010.

“Prostituição... é o direito de todas as mulheres de fazer o que quiserem com seus corpos. Elas têm o direito de fazer com seus corpos o que acharem que é bom para suas próprias vidas. Eu tenho o privilégio de ter conhecido muitas prostitutas de perto. Eu pude ver nelas a mesma dignidade, o mesmo empreendedorismo que vi nas mulheres rurais, trabalhadoras em geral e trabalhadoras domésticas. Na percepção da maioria daquelas que conheci, a maioria delas estava performando um tipo de trabalho com seus corpos. Isto foi muito claro pra mim. Na realidade, a maioria delas tem uma hora precisa de trabalho, possuem tempo para trabalhar e para descansar. Sempre há uma questão de escolha em jogo. Além disso, tal como vejo, é uma opção.” **Jacira Mello**⁴²

“Na minha visão a prostituição, como qualquer outra relação na sociedade, é uma relação que envolve exploração e que implica dominação. Uma vez que acredito na transformação social, uma vez que tenho uma visão utópica, eu gostaria que estes tipos de relacionamentos deixassem de existir (...) eu sou crítica de todas as formas de comodificação das relações humanas, critico a invasão das relações de mercado em todas as esferas da vida. Mas por outro lado, quando eu penso na prostituição como uma

⁴² Cineasta e ativista, Jacira Melo é diretora do Instituto Patrícia Galvão, ONG dedicada a projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação de massa, fundada por ela e um grupo de feministas atuantes nas áreas do jornalismo, vídeo, publicidade e internet. Foi coordenadora de comunicação da Rede Nacional Feminista de Saúde. Participou da criação de um abrigo para mulheres vítimas de violência. Dirigiu mais de 40 filmes sobre o tema, pelos quais recebeu uma série de prêmios.

questão social, acho que hoje em dia todas nós devemos nos comprometer também com a questão das prostitutas mulheres. Eu acho que elas devem se organizar. Eu acho que elas devem ter acesso a direitos e à segurança. Em sempre coloco minhas questões a partir destes dois ângulos”. **Betânia Ávila**⁴³

“Para ser franca, eu não sei qual a minha posição hoje. Por um lado, eu acho que há uma dimensão que está relacionada ao exercício da liberdade, o que quer dizer que o trabalho sexual também deve ser visto em termos da autonomia das mulheres. É muito fácil para mim falar isso. E por causa disso, eu digo que nós também devemos enquadrar o trabalho sexual em termos dos direitos. Por outro lado, o que podemos fazer sobre a exploração das prostitutas? É aí que eu vejo os obstáculos e problemas”. **Valeria Pandjjarjian.**⁴⁴

“A prostituição é um trabalho e deve ser reconhecida enquanto tal. Eu tomo como referência minha própria experiência como uma pesquisadora em antropologia. Qual a diferença entre o meu trabalho e a prostituição? Ambas as áreas de trabalho possuem regras e acordos. Se eu digo que esta é uma forma de trabalho, eu não quero parecer ingênua. Eu posso ver plenamente a exploração que isso implica, e o tipo de exploração é o mesmo. Sempre há exploração, e é necessário definir mais claramente de que tipo de exploração estamos falando. Por exemplo, pense no jogador de futebol. Ele pode ter suas pernas machucadas, mas terá de jogar porque é o garoto propaganda de certa marca de cerveja. Pode ser um trabalho muito bem pago. Mas também é altamente explorador.” **Elisiane Pasini.**⁴⁵

“É uma profissão, o que poderia implicar outras condições de trabalho, outra qualidade de vida se não fosse tão estigmatizada. Sempre há uma história triste por trás da experiência de uma prostituta (...) além disso, se não houvesse tanta culpa na

⁴³ Maria Betânia Ávila é socióloga, doutora em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Atualmente é coordenadora geral e Pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.

⁴⁴ Valéria Pandjjarjian é advogada e pesquisadora, membro integrante do IPÊ e do Cladem-Brasil.

⁴⁵ Elisiane Pasini é doutora em Antropologia e ativista feminista com pesquisas sobre o trabalho sexual e a luta contra o HIV. De 2012 a 2018, foi consultora no Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.

experiência daquelas engajadas nesta profissão seria muito melhor. Eu acho que é realmente maravilhoso quando mulheres decidem ser prostitutas e se tornam boas profissionais.” Rosângela Castro⁴⁶

Comentários de trabalhadoras do sexo sobre as visões feministas da prostituição

“Uma ‘posição feminista’ sobre a prostituição ainda não foi plenamente articulada. Elas nunca entraram a fundo no debate. Tudo que as feministas dizem sobre a prostituição é senso comum. Antes do feminismo, o senso comum dizia que as mulheres engajadas na prostituição eram um bando de piranhas que não gostavam de trabalhar, que não queriam um marido, que eram viciadas em sexo. Aí com a ‘modernidade’ vem os argumentos da pobreza como a causa da prostituição e a visão das mulheres como vítimas construída. Feministas sempre adotaram essa visão, sem entender que é mera naturalização. É uma visão da prostituição que é usada por todo mundo, não apenas pelas feministas. Assim sendo, isto não pode ser considerado uma posição feminista sobre a prostituição. Com algumas poucas exceções, as feministas sempre usam o mesmo mantra: a exploração masculina da mulher, o dominador versus as relações subordinadas (...). Por outro lado, também devo dizer que há algumas nuances. Eu divido as feministas em ‘ortodoxas’ e ‘modernas’. Mas devo dizer que as ‘modernas’ são poucas... muito poucas”. Gabriela Leite.

“Eu não posso dizer se as feministas são contra ou a favor da prostituição porque elas nunca vieram aqui conversar com a gente. Mas se elas pensam que a prostituição é uma forma de machismo, eu digo não. É uma forma de sobreviver”. Laura.⁴⁷

“As feministas deveriam aprender um pouco mais sobre o nosso mundo. Elas deviam entender realmente como uma prostituta vive, como é a vida de uma trabalhadora do sexo. Elas colocam a gente no mesmo saco de marginalidade, enquanto nós estamos tentando sair disso (...) elas não conseguem entender que é um trabalho. Talvez elas não

⁴⁶ Rosângela Castro é ativista lésbica, de candomblé, diretora geral do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa, integrante da ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas e de Candaces Rede Nacional de Lésbicas e mulheres bissexuais negras e da Rede Afro LGBT, membra do Conselho Municipal da Mulher RJ.

⁴⁷ Laura é prostituta e trabalha na região central de Porto Alegre.

consigam, ou não queiram. Agora me diga: quem no mundo trabalha de graça? Em qualquer profissão as pessoas trabalham por dinheiro! Você fornece um serviço por dinheiro, nós fazemos o mesmo. Hoje, no século XXI, nós definimos as regras, nós definimos o que fazer e como fazer, sabe? As coisas mudaram. O tempo dos velhos 'machos' determinando o que eles querem simplesmente porque pagaram já passou. Hoje eles nem levantam a questão. Eu ensino muito aos homens. Eu os aconselho a serem bons com suas esposas, a como resolver os problemas com seus filhos. Hoje ser uma prostituta não é só para o sexo". Nilce Machado⁴⁸

"Eu sei pouco sobre a posição feminista. É sobre a exploração do corpo, sobre o machismo explorando a feminilidade não é? Bom eu acho que tem uma confusão na posição feminista porque as vezes elas dizem eu posso tomar minhas próprias decisões e fazer o que quiser com meu corpo, e outra hora elas dizem que eu não tenho poder para decidir. Como fazer? Eu queria saber se esta posição seria a mesma se as mulheres buscassem serviços sexuais dos homens em larga escala. Ou, que argumento elas iriam usar se a maioria delas pagasse por sexo, inclusive com outras mulheres ou travestis".
Janaina Lima.

Encontros e desencontros

"Em 1979 nós estávamos num protesto na Boca do Lixo. Algumas feministas foram lá só para "olhar", elas não chegaram perto, se mantiveram distantes, andando na calçada. Mais tarde, porque eu estava envolvida no protesto, o grupo envolvido num jornal feminista alternativo, o Nós Mulheres, me convidou para participar da produção de um vídeo intitulado As Mulheres da Boca (...). Então em 1986 eu dirigi um vídeo mais maduro sobre o assunto, expressando minhas próprias visões sobre a prostituição, que se chamava Beijando na Boca, e depois disso eu dirigi Meninas porque eu percebi que a diferença dos dois universos, o das mulheres mais velhas e o das meninas que estavam começando a entrar pra prostituição quando tinham 12, 13, 14 anos, era muito diferente." Jacira Mello

⁴⁸ Nilce Machado é prostituta e coordenadora do Núcleo de Estudos da Prostituição do Rio Grande do Sul.

“Minhas opiniões sobre a prostituição vem do fato de eu ter interagido com pessoas do movimento das prostitutas. Mas devo dizer que eu nem sempre fui fascinada pela imagem de um puteiro. Meu pai era pedreiro e às vezes nós íamos ao centro para a Praça Tiradentes. Eu era muito nova, mas eu via aquelas moças andando pela calçada e não conseguia tirar os olhos delas. Meu pai ficava dizendo “não olha pra elas, não olha pra elas!” Então quando eu era adolescente, eu estudei numa escola de freiras e uma colega me disse que a prima dela tinha ficado grávida, tinha feito um aborto, foi expulsa de casa e estava vivendo na zona. Então cinco de nós fomos lá. Nós entramos na rua Pinto de Azevedo, que era o principal ponto da zona, mas as prostitutas rapidamente nos expulsaram de lá porque nós estávamos vestindo nossos uniformes escolares. Elas disseram que podiam chamar a polícia. Foi uma experiência maravilhosa.” **Rosângela Castro.**

“Na noite de 8 de Março, em 2010, houve uma cerimônia para o Dia Internacional da Mulher no palácio do governo (...) quando eu cheguei houve muita confusão porque duas mulheres da Associação de Prostitutas do Recife estavam brigando com os seguranças que haviam permitido a entrada de apenas uma delas, argumentando que a outra não podia entrar porque estava usando uma minisaia. Evidentemente, a questão não era a minisaia, mas sim a aparência da pessoa como um todo. E era claro que ela estava sendo estigmatizada. Houve uma grande controvérsia porque o cerimonialista disse: ‘nós não podemos fazer nada porque é o protocolo’. Nós, feministas, reagimos e dissemos: ‘se essa era a regra agora não é mais, hoje a regra vai mudar, ela vai entrar com a gente. Se ela não puder entrar nós também não vamos’. Finalmente ela entrou apesar da mini saia”. **Betânia Ávila.**

“Eu comecei a estudar a prostituição feminina em 1998, quando eu era pesquisadora da Fundação Carlos Chagas. E recebi uma reação negativa da minha banca. Eles disseram que eu estava sendo muito romântica em relação à prostituição. Eu não era romântica, eu simplesmente descrevi a vida das prostitutas da forma como eu observava e eu achava que isso devia ser respeitado (...) eu sofri muita pressão dos meus orientadores que disseram: ‘você não está mostrando a violência que existe nesse espaço’. Houve uma enorme pressão para que eu dissesse que tinha visto violência na prostituição e que o

mundo do trabalho sexual era muito ruim. Eu não concordei dizer que a vida na prostituição era ruim”. **Elisiane Pasini.**

O estado do debate

“As posições feministas de hoje em dia são muito parecidas às posições de 1970 e 1980. Naquele tempo, muitas mulheres que não tinham pensado seriamente sobre a prostituição, mulheres que nunca nem haviam conversado ou lido sobre o tema, mas tinham uma forte visão anti-capitalista, marxista, sempre interpretavam a prostituição como um mal, como uma invenção capitalista masculina. A mesma visão afirmava que depois do socialismo a prostituição iria desaparecer (...) O feminismo nunca se atreveu a pensar a prostituição com o mesmo investimento e curiosidade dedicados a outros tópicos como a violência doméstica (...) Quando se trata da prostituição, fala-se da “prostituta” como ilustração do que há de pior na condição humana. E isso, de certa forma, preserva a visão romântica de que uma revolução surgirá a partir dessa “escória da humanidade”. **Jacira Mello.**

“Nós estamos abrindo caminho pela força. Hoje em dia não é possível simplesmente dizer que nós somos vítimas. Nós construímos um movimento e nós somos consistentes em termos de argumentos e questões que levantamos. Nós temos um movimento mundial que está intervindo em todos os níveis do debate. Então as pessoas devem parar e pensar: estas mulheres existem politicamente, elas estão lá fora, elas são mulheres. Ao longo de meus 30 anos de ativismo eu sempre dizia: acima de tudo, nós somos mulheres. Mas as pessoas esquecem que a prostituta também é uma mulher (...) este é o maior problema (...) Mas também devo dizer que hoje em dia existem mais espaços para diálogo. Hoje nós já podemos conversar um pouco com as feministas (...) um pouquinho mais”.

Gabriela Leite.

“Essa certamente é uma questão controversa dentro do movimento feminista. Eu acho que nós não nos dedicamos o suficiente ao assunto. Além disso, posições não são tomadas explicitamente (...) eu acho que o feminismo brasileiro tem grande dificuldade em tratar desse tema. Eu não sei dizer exatamente, quais são os pontos cegos na posição expressada pelo movimento das prostitutas? Talvez o problema esteja no excesso de

pragmatismo. Elas reconhecem a realidade como é em si, sem uma perspectiva de transformação”. **Betânia Ávila.**

“No campo feminista, eu não vejo um debate. Ao menos eu mesma nunca participei de nenhum debate. Nem mesmo no CLADEM nós pudemos discutir esta questão a fundo. Não há um aprofundamento na discussão ou argumento que nos permita ir um pouco além (...) quando tráfico, violência e prostituição se mistura, tudo se confunde: os sujeitos, as situações, as condições, o tratamento requerido por cada tipo de problema e a necessidade de reconhecer diferentes abordagens para necessidades específicas. Essa confusão dificulta encontrar respostas adequadas, ou pior ainda, leva a respostas incorretas que acabam resultando numa posterior violação de direitos”. **Valeria Pandjjarjian.**

“O debate da prostituição é velado (...) No feminismo nós andamos pra frente numa série de temas (...), mas quando a prostituição está em jogo, nós defrontamos com um monte de peças soltas, ou se quiser, uma peça que não se encaixa direito no quebra-cabeças. Uma dessas ‘peças’ está relacionada à liberdade do corpo, um tópico sobre o qual nós nunca falamos. Eu penso que as feministas ainda têm um grande tabu em relação à sexualidade, em relação ao florescimento da sexualidade feminina. Nós ainda pensamos em ‘fuder’ como algo ruim e sujo, e ‘fuder por dinheiro’ é ainda pior. Mas o problema não está confinado aos movimentos feministas. Também é difícil se engajar num debate com o movimento das prostitutas e suas lideranças. Elas não se consideram feministas e conseqüentemente não juntam suas forças conosco em relação a outras questões”. **Elisiane Pasini.**

“O feminismo é a favor das prostitutas se organizarem como profissionais. É disso que estamos falando? Eu conheço um grupo de feministas que pensam que as trabalhadoras sexuais devem ser profissionalizadas e ter seus trabalhos regidos por contratos formais. Mas não há um debate consistente sobre isso. Pelo que eu sei não há debate nenhum. E, quando há algum debate, é sempre muito falacioso”. **Heliana Hemetério.**

"Infelizmente no movimento travesti a posição de que a prostituição é exploração e deve ser abolida também existe. A razão por trás dessa noção é que a sociedade vê a

*prostituição como algo sujo, então algumas pessoas do movimento também pensam que para ser socialmente aceito, travestis também devem lutar contra a prostituição. Eu sou uma das poucas pessoas do movimento que ainda fala abertamente e positivamente sobre a prostituição. Mas o debate interno está totalmente paralisado (...) é importante abrir esse debate. Sim, nós precisamos dialogar com o movimento das prostitutas. Mas antes, nós precisamos discutir entre nós mesmas: como podemos nos engajar numa discussão sobre prostituição no Brasil, sem primeiro entender sobre nós mesmas? Além do mais, o debate transporta para a linha de frente da política, a rivalidade que existe na rua. A rivalidade que existe diariamente no mercado sexual é transportada para os movimentos. Então quando a Gabriela luta pela regulação da prostituição, quem diga no movimento travesti: 'quem é ela pra dizer isso? O que ela sabe?' (...) Por outro lado, nós também precisamos ter discussões sobre estas feministas que criticam a prostituição e contestar de frente a visão delas. Tal como eu vejo, o problema delas com a prostituição não é simplesmente as mulheres serem pagas por fazerem sexo, o problema delas é as mulheres serem pagas por sexo com homens. Eu estou convencida de que precisamos de uma discussão mais ampla sobre a prostituição". **Janaína Lima.***

REFERÊNCIAS

ASBRAD, CARITAS, CEDECA- EMAUS, CHAME, Coletivo Leila Diniz, IBISS/CO, SODIREITOS, Consórcio Projeto Trama 2009. - Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas. Disponível em:

http://www.google.com/search?hl=pt-PT&client=firefox-a&hs=vUa&rls=org.mozilla:ptPT:official&&sa=X&ei=Xa8oTO_2FMiEuAfQsdmsAg&ved=0CC8QBSgA&q=Relat%C3%B3rio+de+Monitoramento+do+PNETP&spell=1

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CECRIA (Leal, Maria e Leal M (org)). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: relatório nacional. Brasília: CECRIA, 2002.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília: CECRIA, 2000.

CHACHAM, Alessandra S.; DINIZ, Simone G.; MAIA, Mônica B.; GALATI, Ana F.; MIRIM, Liz A. Sexual and Reproductive Health Needs of Sex Workers: Two Feminist Projects in Brazil. *Reproductive Health Matters*, v. 15, p. 1-11, 2007.

COLLET, A. 2007, Interrogating ‘Sexualities’ at Beijing+10, SPW Working Paper 3, Available at <http://www.sxpolitics.org/?cat=49>

DAVIDA, 2010 Human Rights and Female Prostitution. Available at <http://www.sxpolitics.org/?cat=54&search=we-recommend>

FONSECA, Claudia. “Familia y profesión : la doble carrera de la mujer prostituta”. In: *La antropología brasileña contemporánea: contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2003: 95-135.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GIRARD, Françoise. *Global Implications of U.S. Domestic and International Policies on Sexuality, Sexuality Policy Watch*. 2004. Available online at <http://www.sxpolitics.org/?cat=49> Acesso em 10 de dezembro de 2021.

Grupo DAVIDA. “Prostitutas, ‘traficadas’ e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o ‘tráfico de seres humanos’”. *Cadernos PAGU* (25), p. 153-185. 2005.

GUIMARÃES, Kátia; MERCHAN-HAMANN, Edgar. “Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania”. *Rev. Estud. Fem.* [online]. vol.13, n.3 pp. 525-544 . 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300004&lng=en&nrm=iso> ISSN 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2005000300004.

HAZEU, Marcel. Pesquisa Tri-nacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede, 2008.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.

OLIVAR, José Miguel. *Guerras, trânsito e apropriações: políticas da prostituição de rua a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2010.

PASINI, Elisiane. “O uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre”. Fábregas-Martínez e Benedetti (org). *Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no Universo da Prostituição*. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca/GAPA-RS, p. 31-46, 2000.

PELÚCIO, Larissa e Miskolci, Richard. “A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes”. *Sexualidad, Salud y sociedad. Revista latinoamericana*. CLAM/IMS n 1. p. 125-157. 2009.

PEREIRA, Cristina. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX”. In: *Cadernos Pagu* (25), p. 25-54. julho-dezembro de 2005.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana . “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *Cadernos Pagu* (25). Campinas, p. 7-23. 2005.

_____. "Prostituição e trabalho". In: *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. Organizadoras: COSTA, Albertina; SOARES, Vera Lúcia et al. São Paulo, p. 183-195, 2007.

_____. “Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”. *Cadernos PAGU* (31), p. 29-64. Julho-dezembro de 2008.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

RED DE TRABAJADORAS SUXUALES DE LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE. 10 años de acción: la experiencia de organización de la Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe. Buenos Aires: Redtralsex, 1990.

RODRIGUEZ, Marlene. *Polícia e prostituição feminina em Brasília* –Um caso de estudo. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade Nacional de Brasília. Brasília, dezembro de 2003.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Relatório do Workshop sobre prostituição feminina, 23-24 de abril de 2008. Brasília: SPM, 2008.

SILVA Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. “‘Nossa Senhora da Help’: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana”. *Cadernos Pagu* (25), 2005: 249-280.

SILVA, Ana Paula da.; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory.”Amor um real por minuto”. Overview paper presented at the SPW Latin American Dialogue on Sexuality and Geopolitics. 2009. Available at <http://www.sxpolitics.org/pt/?p=1186>

SKACKAUSKAS, Andreia. *Prostituição, Gênero e Direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Unicamp. Campinas: 2014.

UNICEF Innocenti Research Center. Handbook on the Optional Protocol on the Sale of Children, Child Prostitution and Child Pornography. Florence. 2009.